

ORIENTAÇÕES E METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS LIVRES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



FICHA TÉCNICA

União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC

Ir. Wellington Mousinho de Medeiros

Ir. Ataíde José de Lima

Ir. Alexandre Lucena Lôbo

Ir. José de Assis Elias de Brito

Ir. José Wagner Rodrigues da Cruz

Ecônomo Provincial

Ir. Humberto Lima Gondim

Superintendente de Organismos Provinciais

Ir. James Pinheiro

Superintendente de Operações Centrais

Arthur Nappo

Superintendente Socioeducacional

Dilma Alves Rodrigues

Superintendente de Desenvolvimento de Novos Negócios

Manuella Suassuna

Gerente Social

Cláudia Laureth

INSTITUTO MARISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IMAS

Diretora

Milda Moraes

Analista de Comunicação Social - Jornalista

Fernanda Carmo

Analistas Sociais

Clemilson Graciano

Fábio Feltosa

Geraldo Costa

Joseane Barbosa

Lauriene Queiroz

Motorista

Domingos Teixeira

Estagiária

Elma Torres

APRESENTAÇÃO

O presente documento contém as informações básicas para a realização das Conferências Livres para que possa garantir a participação efetiva de Crianças e Adolescentes nas discussões e definições das políticas públicas.

O Conselho Municipal de Direitos de Crianças e Adolescentes é responsável por mobilizar as instituições para a realização das Conferências Livres com Crianças e Adolescentes que devem acontecer antes das Conferências Municipais/Distrito Federal, conforme documentos do Conanda: 1) Resolução 166, de 05 de junho de 2014; 2) Orientações para a Realização das Conferências Municipais, e Estaduais/Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovadas na Plenária 230º de 16 de julho de 2014.



OBJETIVO

O objetivo das Conferências Livres é mobilizar e articular crianças e adolescentes quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente no contexto da X Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes, cuja temática é **“Planos Decenais dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Fortalecendo os Conselhos de Direitos”**.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Conferências Livres têm caráter sensibilizador e mobilizador da sociedade em favor do Estatuto da Criança e do Adolescente na discussão das Políticas Públicas para a Construção do Plano Decenal.

É um processo dinâmico de diálogos e encontros voltados para o fortalecimento da cidadania infanto-juvenil a partir de uma visão crítica, participativa, democrática e transformadora.

Na certeza de que é preciso garantir que crianças e adolescentes participem com maior efetividade do processo de construção das Conferências relativas a seus direitos, que a Instituição Marista/ Instituto Marista de Assistência Social (IMAS) apresenta uma proposta de metodologia para realização das Conferências Livres.

É com este espírito de maior participação e protagonismo que convidamos os Conselhos Municipais dos Direitos de Crianças e Adolescentes a mobilizar o maior número possível de crianças e adolescentes para debater sobre seus direitos.

ORIENTAÇÕES GERAIS

As Conferências Livres serão norteadas por meio das Orientações para a realização das Conferências Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Conanda, e das Resoluções específicas dos Conselhos Municipais/ Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo respeitar a diversidade, tendo como público prioritário crianças e adolescentes de comunidades indígenas, quilombolas, rurais, povos da floresta, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), oriundas de serviços de acolhimento, em situação de rua, com deficiência, em cumprimento de medidas socioeducativas (internação, semiliberdade, liberdade assistida e prestação e serviço à comunidade).

As Conferências Livres podem ser realizadas, preferencialmente, em escolas (públicas e privadas), mas também em espaços de mobilização não governamentais ou governamentais.

As Conferências Livres de Crianças e Adolescentes, devem garantir metodologias que possibilitem a participação efetiva de crianças e adolescentes, podendo adotar as metodologias de “Educomunicação e/ou Arte Educação” cujos resultados podem ser traduzidos em produções artísticas e educacionais (jornal, vídeo, fanzine, rádio, poesias, redações, desenhos, contos, cordéis, teatro, música, histórias, etc.) para ampla divulgação, a fim de inspirar outras experiências.

A Educomunicação propõe a interatividade entre crianças e adolescentes (educadores) com os recursos tecnológicos modernos, criativos das mais diversas mídias de comunicação na aprendizagem. Consiste em um dos mecanismos para formar jovens cidadãos críticos, participativos socialmente, que promovam outras leituras midiáticas, além das convencionais.

O educador deve conectar a leitura dos meios de comunicação, da realidade e do empoderamento das novas tecnologias, promovendo a transformação de grupos humanos, especialmente crianças, adolescentes e jovens, em propagadores de conhecimento e informação. A interatividade entre educadores, educandos e a sociedade trarão um entendimento de que a comunicação é uma ferramenta de integração social.



RESULTADOS DAS CONFERÊNCIAS LIVRES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O produto final das Conferências Livres deverá ser entregue em forma de fotos, vídeos e demais materiais produzidos de acordo com as dinâmicas escolhidas, conforme as orientações dos Conselhos Municipais/Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



METODOLOGIA

Conferências Livres Crianças e Adolescentes participando e propondo Política Pública

A participação efetiva de crianças e adolescentes nas discussões sobre as políticas públicas, tem se tornado cada vez mais uma busca dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Prova disso é a deliberação do Conanda na realização de Conferências Livres nas escolas, instituições não governamentais e programas governamentais, que antecedem as Conferências Municipais e Estaduais/Distrito Federal. Porém é preciso criar metodologias que garantam a efetiva participação das crianças e adolescentes, os adultos serão nesse processo, facilitadores, para garantir que a participação, em todo o processo, seja coordenada e articulada pelas crianças e adolescentes.

As Conferências Livres podem, preferencialmente, acontecer nas Escolas (públicas ou privadas), mas também em outros espaços de participação governamentais e não governamentais. Ao ser realizado na escola é preciso construir um processo no qual toda a comunidade educativa (alunos, direção, professores, pessoal da secretaria e da limpeza) estejam conectados. A socialização da metodologia e a capacitação para sua aplicação é de fundamental importância para o sucesso da Conferência Livre.

A metodologia abaixo segue o mesmo formato de um processo de eleição democrática e participativa nas eleições municipais, ou seja, pensar o que é melhor no município para a política pública voltada à crianças e adolescentes. Mesmo estando no espaço escolar e, entendendo da necessidade da escola estar articulada com toda a rede de atendimento da criança e adolescente (esporte, cultura, lazer, assistência social, saúde, saneamento básico, dentre outras), é preciso criar “órgãos específicos” que pensem em construir propostas

garantindo todas as políticas de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no município.

É importante que a escola, por meio dos professores, trabalhe conceitos referentes a construção da política pública nas aulas com os alunos. Por exemplo, trabalhar nas aulas os temas referentes a conceitos de políticas públicas, direitos, orçamento, população, direitos humanos, entre outros.

1º Passo Propor um momento de descontração para brincar com as crianças e os adolescentes em diversos jogos conforme a disponibilidade de materiais disponíveis, sendo que o objetivo é trabalhar a metodologia de jogos cooperativos, onde o importante não é ganhar, mas sim possibilitar que tod@s possam participar ativamente do jogo.

- Para reflexão: O que as crianças adolescentes vivenciaram nos jogos?

Segundo Terry Orlick, “a diferença principal entre Jogos Cooperativos e competitivos é que nos Jogos Cooperativos todo mundo coopera e todos ganham, pois tais jogos eliminam o medo e o sentimento de fracasso. Eles também reforçam a confiança em si mesmo, como uma pessoa digna e de valor.”

JOGO COMPETITIVO	JOGO COOPERATIVO
Divertido para alguns	Divertido para todos
Alguns se sentem perdedores	Todos se sentem ganhadores
Alguns são excluídos por falta de habilidade	Todos envolvem-se de acordo com as habilidades
Estimula a desconfiança e o egoísmo	Estimula o compartilhar e confiar
Cria barreiras entre as pessoas	Cria pontes entre as pessoas
Os perdedores saem e observam	Os jogadores ficam juntos e desenvolvem suas capacidades

Estimula o individualismo e o desejo que o outro sofra	Ensina a ter senso de unidade e solidariedade
Reforçam sentimentos de depreciação, rejeição, incapacidade, inferioridade, etc.	Desenvolvem e reforçam os conceitos de nível de auto (autoestima, autoaceitação, etc.)
Fortalece o desejo de desistir frente às dificuldades	Fortalece a perseverança frente às dificuldades
Poucos são bem sucedidos	Todos encontram um caminho para crescer e se desenvolver

Terry Orlick (1989) categorizou os jogos cooperativos da seguinte forma:

- **Jogo cooperativo sem perdedores:** São os jogos plenamente cooperativos, pois todos jogam juntos para superar um desafio comum e não há perdedores.
- **Jogos cooperativos de resultado coletivo:** São formadas duas ou mais equipes, mas o objetivo do jogo só é alcançado com todos jogando juntos, por um objetivo ou resultado comum a todos.
- **Jogo de inversão:** Esses quebram o padrão de times fixos, em que dependendo do jogo, os jogadores trocam de times a todo instante, dificultando reconhecer vencedores e perdedores.
- **Jogos semicooperativos:** Esses jogos favorecem o aumento da cooperação do grupo, e oferece as mesmas oportunidades de jogar para todas as pessoas do time, mesmo um com menor habilidade, pois existem regras para facilitar a participação desses. Os times continuam jogando um contra o outro, mas a importância do resultado é diminuída, pois a ênfase passa ser o envolvimento ativo no jogo e a diversão.



2º Passo Conversar com as crianças e adolescentes e propor a organização de uma cidade. Como eles percebem a forma de organização? Como se dá a organização? Quem propõe as políticas públicas? Quem faz com que as mesmas sejam colocadas em prática? Neste “passo” perguntar se sabem o nome d@ prefeit@ e d@s secretári@s.

3º Passo Perguntar quem gostaria de se candidatar para ser “prefeit@” da “cidade/escola” (cidade da criança e do adolescente, ou o nome da instituição ou da escola a qual ele faz parte), isso os ajudará a terem uma visão mais real do jogo.

Caso não tenha nenhum candidato que se disponha, solicitar que indiquem as pessoas que eles acham que tem o perfil para ser “prefeit@”.

4º Passo Fazer uma eleição secreta para os candidatos indicados ao cargo da “prefeitura”. Neste “passo” é interessante promover um momento para que os candidat@s possam apresentar suas propostas e prioridades.

5º Passo Definir quais “secretarias” são necessárias para organizar as políticas públicas na “cidade” (sendo realizado em uma escola podem-se propor as secretarias de esporte, saúde, educação, participação de crianças e adolescentes e outras).

6º Passo Eleit@ “prefeit@ e vice” e escolhidas as “secretarias”, os representantes da “cidade” escolhem os seus “secretári@s”, que escolhem depois sua equipe de trabalho. É importante que todos os alunos façam parte de uma secretaria – definir conforme o número de alunos uma divisão igualitária para cada uma delas. Pensar em um tempo, afim de que essa conversa sobre as políticas públicas possibilite uma ampla visão de município.

7º Passo Cada “secretaria” escolhe as prioridades referente ao tema específico.

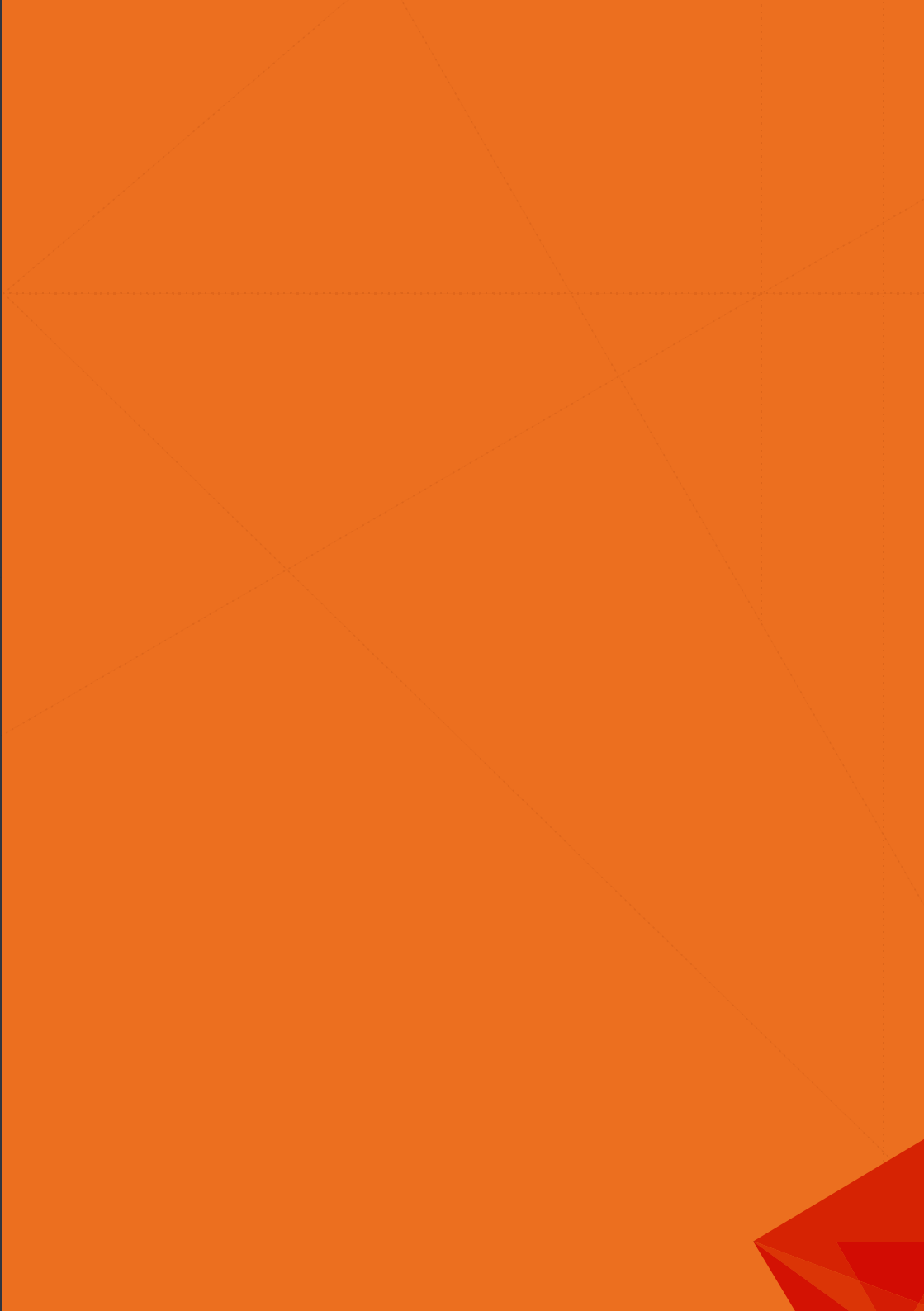
8º Passo Reunião d@s “secretári@s” com o “prefeito e vice”, a fim de socializar e classificar por ordem de prioridades as propostas apresentadas.

9º Passo Apresentação pel@s “secretári@s” das prioridades para as outras “secretarias”. Esse é o momento de discussão e aprovação das políticas públicas para as crianças e os adolescentes.

10º Passo Como os alunos já conversaram nas aulas o que é orçamento e como utilizá-lo, repassar um valor financeiro (R\$) fictício para cada “secretaria” e pedir que eles coloquem o recurso nas prioridades apresentadas e aprovadas.

O importante é discutir sobre os recursos que o município arrecada, por meio dos impostos e taxas e, quais ações/programas ou projetos serão prioridades para investimento do valor arrecadado.

É importante também construir com as crianças e adolescentes formas de monitorar a utilização dos recursos para as finalidades propostas, a fim de assegurar que as prioridades sejam de fato, atendidas.



Patrocínio:



INSTITUTO MARISTA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SDS – Bloco F – nº 27 – Conjunto Baracat – Salas 112 a 115
Asa Sul – Brasília/DF CEP 70.392-900
61 3321-4955 | 3224-1100
www.marista.edu.br